



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

145  
225

APelação CIVEL Nº 0026330-3 -- RECIFE-PE  
APELANTE: SOCIEDADE CIVIL DO BEM ESTAR FAMILIAR DO BRASIL  
APELADO: AURICIO BERNARDINO GONÇALVES  
RELATOR SUBST.: RAIMUNDO NONATO DE S. BRAID FILHO

*Substituído  
1699*

**EMENTA:** AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. MORA INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA DE QUITAÇÃO DOS LOCATIVOS QUE SE VENCERAM DURANTE A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO. IMPROCEDÊNCIA. DECLARAÇÃO DE INSUBSISTÊNCIA DOS DÉPOSITOS.

Operou-se, no caso concreto, a denominada mora intercorrente, figura jurídica fatal para ação consignatória, haja vista que sendo os alugueis obrigações periódicas, o locatário e consignante encontra-se obrigado, nos seus respectivos vencimentos, sob pena de ser considerada improcedente a ação e insubsistente os depósitos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0026330-0, da Comarca de Recife/PE, em que são partes as acima identificadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 08 de junho de 2008.

DES. JOVILDO NUNES  
PRÉSIDENTE

RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO  
RELATOR CONVOCADO



1326  
0226

**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0026330 - 3 - OLINDA - PE  
APELANTE: SOCIEDADE CIVIL DO BEM ESTAR FAMILIAR DO BRASIL  
APELADO: AURICIO BERNARDINO GONÇALVES  
RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES  
RELATOR CONVOCADO: RAIMUNDO NONATO DE S. BRAID FILHO  
QUINTA CÂMARA CÍVEL

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação contra sentença que julgou improcedente a ação consignatória promovida pela apelante SOCIEDADE CIVIL DO BEM ESTAR DO BRASIL-BENFAM. contra ALEXANDRE WANDELEY LUSTOSA. \*

Peça recursal apresentada nas fl. 121 e seguintes. Contra -razões oferecidas nas fls. 129.


Em síntese, alega o apelante que a mora intercorrente só pode ser conhecida se provocada pela parte ex adversa e, se fosse reclamado pelo prejudicado "ad argumentatandum tantum", ao menos tivesse havido despacho saneador negativo, comprovaria a inexistência dessa mora, havendo, pois, a r. decisão cerceado o direito de defesa da autora.

Intimada a parte apelada, a mesma ofereceu contra-razões nas fls. 130. alegando em síntese que restou comprovado que a recorrente não cumpriu com suas obrigações, conforme certifica a documentação acostadas aos autos, especialmente as guias de recolhimento, as quais demonstram que os valores depositados não foram os devidos.

Recebida a apelação em ambos os efeitos em 23.08.1995, só agora relatados. Encaminhe-se ao revisor.

É o relatório.

Recife, 14 de abril de 2008.

  
RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO  
RELATOR CONVOCADO

147  
147  
0227

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0026330 – 3 - OLINDA – PE**  
**APELANTE: SOCIEDADE CIVIL DO BEM ESTAR FAMILIAR DO BRASIL**  
**APELADO: AURICIO BERNARDINO GONÇALVES**  
**RELATOR CONVOCADO: RAIMUNDO NONATO DE S. BRAID FILHO**  
**QUINTA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

O juiz sentenciante assim decidiu o litígio: "dos autos verifica-se que o suplicante não vem efetuando os depósitos na forma devida, veja-se que de maio de 1991 a dezembro de 1994, não houve reajuste nos valores depositados, quando o contrato de locação firmado entre as partes prevê reajuste anual, com data base no mês de abril. Constata-se ainda que o último valor consignado R\$ 0,07(sete centavos de real) refere-se ao mês de dezembro de 1994, estando o suplicante inadimplente até a presente data (julho/95)."

Acertada a decisão do magistrado. Com efeito, a certidão de fls. 116 dos autos, certifica que o último pagamento realizado na ação consignatória ocorreu em novembro de 1994.

Operou-se, no caso concreto, a denominada mora intercorrente, figura jurídica fatal para ação consignatória, haja vista que sendo os alugueis obrigações periódicas, o locatário e consignante encontra-se obrigado ao pagamento ou quitação dos locativos que se vencerem durante a tramitação do processo, nos seus respectivos vencimentos, sob pena de ser considerada improcedente a ação e insubsistente os depósitos.

Por outro lado, não procede a alegação da recorrente de que o magistrado só poderia conhecer da mora intercorrente se a parte prejudicada se manifestasse. Em verdade, cabe ao juiz a vigilância da quitação de todos os alugueis, nos autos da ação consignatória, aplicando o disposto o artigo 974 do Código Civil de 1916 que preceituava: "para que a consignação tenha força de pagamento, será mister concorram, em relação as pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento. Essa é a mesma redação do dispositivo legal constante do artigo 336 do Código Civil de 2002.

Portanto, voto pelo não provimento do recurso.

Recife, 28 de maio de 2008

  
Raimundo Nonato de Souza Braid Filho  
Relator Convocado